

# Verdes questionam Ministério do Ambiente sobre construção do dique no Tejo

15 de Dezembro, 2015

Face às inúmeras queixas recebidas pelo partido Os Verdes relativamente aos impactos ambientais “enormes” provocados pela construção de um dique no rio Tejo, na zona de Abrantes, junto à Central Termoelétrica do Pego, nomeadamente para a passagem dos peixes e para o ecossistema do rio, o partido ecologista não só pediu ontem, através do seu Coletivo Regional de Santarém, a intervenção do SEPNA – uma averiguação ao local -, como tentaram imediatamente contactar a Agência Portuguesa de Ambiente (APA). No entanto, só hoje é que foi possível ter uma resposta mais completa e esclarecedora por parte da APA, avançam Os Verdes em comunicado.

A arquiteta Gabriela Moniz, da APA, assegurou hoje à dirigente dos Verdes Manuela Cunha, que “a Agência e o SEPNA tinham, de facto, constatado, numa deslocação ao local, que a conectividade do rio não estava a ser cumprida, tal como tinha sido exigido pela APA aquando da autorização para a realização da obra”. Por outro lado, a porta-voz da APA assegurou também que a Agência “ia ainda verificar um conjunto de outras situações relativas ao projeto autorizado, nomeadamente a quota do açude, assumindo que o projeto em causa pode vir a ser reavaliado”. Segundo a mesma responsável, esta obra corresponderia a uma reparação de um rombo de um dique já existente naquele local desde os anos 90.

Os Verdes dizem que estão “mais tranquilos por ver que esta agressão ambiental, por incumprimento de exigências, está agora a ser acompanhada pelas entidades competentes”, mas, mesmo assim, o PEV não deixou de entregar, na Assembleia da República, uma pergunta ao Ministério do Ambiente sobre esta matéria, para que a resposta venha por escrito e garantida, no futuro, “uma resolução ambientalmente correta para esta intervenção”.

“Os Verdes” tentaram ainda, ontem, por via de contacto telefónico direto com a APA, obter “mais esclarecimentos” sobre esta “agressão ambiental”. Segundo a arquiteta Gabriela Moniz, “a obra poderá não estar de facto a cumprir com as exigências que lhe tinham sido impostas e que são fundamentais para preservar a vida piscatória e o ecossistema do rio, nomeadamente, a exigência da obra continuar a garantir a conectividade do rio”.